

VIAGEM E EXPLORAÇÃO COLONIALISTA NA UTOPIA INGLESA CLÁSSICA

VOYAGE AND COLONIALIST EXPLOITATION IN CLASSICAL ENGLISH UTOPIA

Helvio Moraes
(UNEMAT)¹

RESUMO: Os primeiros escritos utópicos ingleses (*Utopia* de Morus e *A Nova Atlântida* de Bacon) abordam temas vinculados à ideia da colonização do Novo Mundo, tanto na construção idealizada do mundo outro quanto nos relatos feitos pelos interlocutores do viajante em relação à forma como são tratadas as populações nativas. O viajante da utopia é tomado, antes de tudo, pela sensação de maravilhamento diante do mundo recém descoberto. No entanto, aos poucos, ele vai sendo instruído pelos seus ‘guias’ e ao estupor se substitui a descrição detalhada de como tal mundo pôde ser estabelecido, cuja ordem se revela

¹ Docente do programa de pós-graduação em Estudos Literários (PPGEL), da UNEMAT, câmpus de Tangará da Serra. Docente do curso de Letras, UNEMAT, câmpus de Pontes e Lacerda.

muito mais avançada, social e tecnologicamente, que a do Velho Mundo. Esta seria a forma pela qual o colonizador passaria a ser colonizado. Acredito que se trata de um artifício usado pelo utopista para projetar uma imagem futura e idealizada do homem europeu. A América se configura como espaço onde é possível projetar a imagem de uma ordem político-social redimida dos males contemporâneos do autor. Meu objetivo é apresentar como os três escritos utópicos em questão elaboram tais imagens, assim como problematizam a imagem do outro, o homem americano em seu mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Utopia inglesa. Humanismo. Literatura de viagem. Colonização. História Literária.

ABSTRACT: The first English utopian writings (*Utopia*, by Thomas Morus, and *The New Atlantis*, by Francis Bacon) approach themes related to the idea of colonization in the New World, be it in the idealized construction of the other world or in the reports given by the traveler's interlocutors regarding the form by which the indigenous populations are treated. First of all, the utopian traveler is taken by the feeling of wonder in face of the world recently-discovered. However, he is gradually instructed by his "guides", and the prior astonishment is replaced by a detailed description of how such an order could be established – an order which proves to be socially and technologically more advanced than that of the Old World. This is the way the colonizer, in the utopian work, comes to be colonized. I believe it is an expedient used by the utopista with the aim of projecting a future and idealized image of the European man. America is conceived as a space where it is possible to project the image of a socio-political order redeemed from the contemporary evils of the author. My purpose is to show how these two utopian writings develop such images and approach the problem of otherness, in this case, the American men and his world.

KEY-WORDS: English utopia. Humanism. Travel Literature. Colonization. Literary History

Introdução

Alguns dos primeiros escritos utópicos ingleses (*Utopia* de Morus e *A Nova Atlântida* de Bacon) abordam, ainda que indireta e alusivamente, temas vinculados à ideia da colonização do Novo Mundo, tanto no que diz respeito à construção idealizada do mundo outro quanto aos relatos feitos pelos interlocutores do viajante em relação à forma como são tratadas as populações nativas. O viajante da utopia é tomado, antes de tudo, pela sensação de maravilhamento diante do mundo a que chega inesperadamente. No entanto, aos poucos, ele vai sendo instruído pelos seus ‘guias’ e ao estupor se substitui a descrição detalhada de como tal mundo pôde ser estabelecido, cuja ordem se revela muito mais avançada, social e tecnologicamente, que a do Velho Mundo. Este recurso, de que vários utopistas lançam mão, causa um efeito admirável, apresentando-nos o futuro colonizador sendo instruído por aquele que será colonizado. Na verdade, trata-se de um artifício usado pelo utopista para projetar uma imagem futura e idealizada do homem europeu. A América e os outros “mundos” recém descobertos se configuram como espaços onde é possível projetar a imagem de uma ordem político-social redimida dos males contemporâneos do autor. Meu objetivo é apresentar como esses escritos utópicos elaboram tais imagens, como problematizam a relação de alteridade e, por fim, que elementos de um discurso colonizador podem ser percebidos em suas páginas.

A centralidade do tema da viagem

Como em outros textos utópicos do período, o tema da viagem é central nos três autores que analisamos. Não somente o surgimento das primeiras utopias literárias coincide com o início das grandes descobertas marítimas – sendo este, de fato, o aspecto que mais se destaca ao primeiro contato com tais escritos –, mas os

artifícios literários dos quais o utopista lança mão para nos apresentar sua visão de sociedade ideal mantêm um profundo diálogo com o amplo espectro da literatura de viagem, que abarca escritos dos mais diversos gêneros, como a viagem maravilhosa e os relatos de viajantes, seja sob a forma de diários ou epístolas, assumindo desta gama de escritos suas modalidades discursivas. A viagem é o expediente *sine qua non* para a apresentação do encontro (ou choque) de tradições culturais diferentes.

De fato, o tema é considerado como uma constante do gênero, que se expressa direta ou indiretamente, no espaço (a própria viagem marítima sendo o maior exemplo) ou no tempo (o recurso ao sonho), em todas as utopias. Contudo, sua centralidade como fator de incidência sobre os elementos que compõem o núcleo do projeto utópico é colocada em questão por alguns estudiosos. Como nos salienta Minerva (1996, p.40), tal atitude deve-se ao fato de certos historiadores da literatura utópica terem sido atraídos mais pela descrição do lugar outro do que pelos meios empregados para alcançá-lo. Consequentemente, relegam à viagem a função de simples expediente literário, um mero recurso usado pelo autor para explicar de modo verossímil como se deu a descoberta do mundo ideal, sendo, logo em seguida, descartado, a ponto de a maioria das utopias não relatarem como se deu a viagem de retorno.

A relação, portanto, entre a narração da viagem e a descrição do mundo utópico recém-descoberto seria antitética e não dialética. Às vicissitudes da travessia seria contraposta a perfeição da cidade ideal, à ação, a descrição e, assim, constituídos os pólos antitéticos do relato utópico, prevaleceria, como ponto legítimo de investigação, aquele relacionado ao desenho do mundo outro; o seu oposto – a travessia –, em nada contribuiria para elucidá-lo, nada nos diria acerca do plano elaborado pelo seu autor.

Creemos que esta atenção excessiva ao aspecto descritivo, em detrimento das passagens mais carregadas de elementos romanescos, falha por não levar em consideração certos dados importantes

relativos à idéia de viagem. O primeiro seria a relevância da viagem para a mentalidade européia no Renascimento.

Há um processo que poderíamos denominar de secularização da viagem, que se desvia paulatinamente da peregrinação medieval e, como resultado do racionalismo humanista, termina nas grandes viagens dos portugueses e espanhóis. Conforme nos esclarece Servier (1995, p. 112), por um lado, “se o Ocidente se dirigia sempre adiante, rumo ao oeste, era para encontrar de novo o paraíso terrestre”. Contudo, as viagens na época dos grandes descobrimentos, aos poucos, fizeram desaparecer este mito que, como aponta Jean Delumeau (1988), ainda era considerado um fato no início do século XVI:

Há uma mudança profunda que se dá no século XVI, pois os grandes navegadores portugueses, espanhóis, etc., deram a volta ao mundo e não ouviram falar do Paraíso terrestre, nem o viram, e podem dizer que ele já cá não está. [...] A partir do século XVI os mapas já não colocam o Jardim do Éden ao alto. [...] O século XVI marca o momento em que deixa de se aceitar que o Paraíso terrestre, mesmo inacessível, ainda existia.

Inversamente, em não se confirmando a existência de um Éden algures na rota marítima através do Ocidente, “a Europa foi colocada diante do Novo Mundo e produziu-se uma sensação de inacabado que abalou as bases do pensamento medieval e do primeiro renascimento” (RODRIGUES et alii, 2000, p.133)

Uma fonte considerável de relatos de navegantes descrevendo a nova geografia, formas novas de organização social e diferentes costumes, acabou por instaurar um processo de revisão crítica de uma Europa já atormentada por crises e distúrbios violentos que antecipavam conjecturas sobre uma iminente queda dos antigos edifícios sociais, cujos alicerces já não se sustentariam por mais tempo. São estes relatos que criam o Novo Mundo e este passa a servir de espelho a esta Europa desgastada.

Desta forma, para De Boni (2006, p. 202), “a dilatação do mundo real como resultado das explorações constituía para a cultura europeia um fator de estímulo para a ‘descoberta’ literária de ilhas inexistentes, nas quais projetar a própria ânsia de aperfeiçoamento”

O segundo ponto raramente levado em consideração refere-se à amplitude do conceito de viagem. Não só a partida e a trajetória para se alcançar o lugar outro, mas também toda a experiência ali vivida – e por isso, a narração de como se dá o contato com o outro, assim como a descrição das normas perfeitas do viver associado – devem estar condicionadas à idéia da viagem utópica. Visto nesta perspectiva, mais que mero expediente literário, o recurso à viagem se transforma em princípio. Assim, sua função no interior do projeto utópico não é apenas promocional (enquanto moldura, que diz respeito ao antes e ao depois da utopia), mas também, e principalmente, um elemento estruturante (cf. MINERVA, 1996, p.42).

Sem reduzir a importância das razões históricas que levaram à elaboração do projeto utópico, ou, mais particularmente, as de fundo pessoal que induziram o utopista a criar sua utopia, queremos chamar a atenção também para o aspecto estrutural do texto, e demonstrar sua relevância. Na verdade, o texto utópico se privilegia por ser capaz de mostrar de forma bastante clara os pontos de convergência entre estes três paradigmas.

Portanto, à imagem de dois pólos antitéticos preferimos opor a idéia de um jogo dialético entre duas visões distintas de mundo: a do viajante, que traz consigo todo o arcabouço cultural de seu lugar de proveniência, e a do outro, que assume a função didática de revelar ao primeiro, de forma pormenorizada, o modo de ser do mundo recém-descoberto. A viagem utópica possui, de fato, um grande valor heurístico (cf. MINERVA, 1996, p 14), e este só pode ser visto dentro de um movimento contínuo de recepção do novo e de constante comparação. O expediente narrativo das etapas intermediárias que preparam o viajante para o contato com a

alteridade assemelha-se, de certa forma, a um ritual de iniciação (cf. MINERVA, 1996, p.10), um processo de transformação ao fim do qual temos a imagem de um novo homem, mais sábio e purificado das imperfeições que trazia anteriormente. Embora este homem, na utopia, seja representado pelo viajante, graças a um hábil agenciamento de técnicas narrativas – como o testemunho em primeira pessoa, o caráter informativo do relato, os procedimentos estilísticos que se utilizam de *topoi* literários para explicar o novo, entre outras – o ‘percurso iniciático’ se potencializa e se estende ao leitor, e, portanto, a todos os homens, de modo que o gradual esclarecimento vivenciado por um é simultaneamente experimentado pelo outro.

Desta forma, a função do narrador-viajante é dupla. Primeiramente, ele é o mediador entre dois mundos: é ele quem leva para dentro da utopia a visão de mundo do leitor, encarna os valores de sua época e, ao mesmo tempo, serve como testemunha ocular das novidades do lugar outro. Sua segunda função é a de ator, pois ninguém mais, senão ele (e, às vezes, seus companheiros que, contudo, permanecem em silêncio), passará pelo processo de aprendizado que será transmitido à posteridade.

Morus: o nativo torna-se um utopiano

Feitas estas considerações, passemos a discutir como a questão da alteridade e do contato com o mundo outro é colocada pelos narradores de Morus e Bacon. Especificamente, analisaremos em suas utopias algumas passagens que indicam uma disposição, ou fazem menção, a um projeto de exploração colonialista. Podemos antecipar que os dois autores interessam-se por aspectos diversos de tal exploração. Morus volta sua atenção primordialmente para uma problemática de ordem social. Bacon enxerga as possibilidades que se abrem à exploração dos recursos naturais de uma terra vasta e abastada.

Para compreendermos a forma como Morus sente a necessidade do estabelecimento de colônias vinculadas a Utopia, é preciso ter em mente que todo seu projeto parte do conceito de autarquia. O chanceler inglês constrói sua cidade a partir da noção de necessidade, adotando-a como um princípio econômico que tornará possível a rejeição de toda e qualquer acumulação de capital e levará à tentativa de suprir a carência de recursos, o que já se encontra, de certa forma, delineado em Platão, no Livro II d'*A República*. Segundo Logan e Adams, ao adotar como fundamento de sua cidade a noção de autarquia, Morus sugere que “a melhor república é aquela que engloba todo o necessário à felicidade de seus cidadãos, e nada além disso”. (LOGAN et alii. In MORUS, 1999)

A colônia surge como forma de administrar o excesso, seja de contingente populacional, seja da produção agrícola (sendo este último apenas implicitamente indicado). Assim,

Cada cidade comporta seis mil famílias, sem contar as que vivem no campo, e, para que esse número não aumente ou diminua, uma lei determina que nenhuma família pode ter menos de dez ou mais de dezesseis adultos. Eles não procuram, evidentemente, controlar o número de crianças das famílias. Para assegurar o bom funcionamento, os membros excedentes são mandados para as famílias menos numerosas. Se houver superpovoamento numa cidade, o excedente populacional será transferido para uma cidade menos povoada. E, se a ilha inteira ficar superpovoada, um certo número de pessoas é escolhido em cada cidade, e a elas caberá fundar uma nova colônia no ponto mais próximo do continente, onde existe uma área ainda não cultivada pelos habitantes locais. (MORUS, 1999, p.93)

Estes habitantes locais poderão ser expulsos de suas terras ou não, dependendo do modo como procedem em relação aos colonizadores. Caso admitam e assimilem as instituições e as leis de Utopia, poderão continuar em suas terras, convivendo com os

utopianos. De qualquer forma, as estruturas sociais e políticas da metrópole são impostas sem qualquer possibilidade de diálogo ou apreciação crítica por parte dos povos a serem colonizados:

Essas colônias são governadas pelos utopianos, mas permite-se que os nativos venham juntar-se a eles, caso assim o desejem. Quando isso acontece, nativos e colonizadores logo formam uma comunidade única, com um estilo de vida comum, e disso advêm vantagens para ambos os lados – pois, sob o controle e a gerência das leis utopianas, uma terra que se considerava estéril e incapaz de produzir para um único povo acaba por tornar-se produtiva para dois povos ao mesmo tempo. Mas, se os nativos não se conformam às leis de Utopia, são expulsos da região que se pretende colonizar. Se resistem, os utopianos declaram guerra, pois consideram-na perfeitamente justificável sempre que um país nega a outro o direito natural de extrair alimentos de um solo que os proprietários originais deixam em desuso, conservando-o apenas como uma propriedade inútil. (MORUS, 1999, p.93-4).

Estas passagens nos permitem atentar para um aspecto de certos escritos utópicos lido geralmente de maneira equivocada: não se deve buscar na descrição da comunidade utópica a representação das populações nativas do Novo Mundo. Quando muito, o que as caracteriza é um amálgama de certos valores da civilização europeia com elementos dessas culturas nativas. O utopiano é, antes, uma projeção ideal do homem europeu. Indícios do homem americano e da forma pela qual, conforme Morus, ele deve ser tratado, encontramos nessas passagens referentes às populações vizinhas a Utopia. Não surpreende, portanto, que estas devam se adequar, absorver e submeter-se à forma de vida de uma civilização construída conforme a mais absoluta racionalidade. A metrópole tem o “direito natural” de se impor e explorar os domínios territoriais desses povos, porque alcançou as condições plenas para o desenvolvimento do viver associado, e o ato de estendê-las às colônias é justificado como um ato de justiça e magnanimidade, quase um dever². Como que situada num pólo contrário, temos a

representação (e o contraste) do homem europeu e do americano nas *Cartas iroquesas* de Maubert de Gouvest (1752)³.

Portanto, Morus se volta fundamentalmente para o aspecto político da exploração colonial, sua configuração social e a conversão das populações nativas à imagem do homem e do cidadão de Utopia. Bacon, por outro lado, se interessará por outro aspecto do Novo Mundo: as novas e inúmeras possibilidades abertas para a investigação sistemática da natureza.

Bacon: exploração da natureza como empreendimento científico

Ao longo das páginas d'*A nova Atlântida*, principalmente em sua parte final, Bacon nos fornece a imagem de uma Natureza dessacralizada e completamente manipulada pelo homem, em que se percebe a valorização do processo civilizatório, do “artifitium”, da técnica, a inabalável convicção da preeminência da experimentação sobre a contemplação. Para Bacon, a história da civilização é “advancement”, é exercício cívico, coletivo⁴. *A nova Atlântida* é, em síntese, a imagem vívida de como seria a vida num mundo onde o empreendimento científico torna-se a estrutura dominante de uma sociedade⁵. Ela traduz o desejo de Bacon de ver institucionalizada uma sociedade científica, onde a pesquisa é realizada de forma cooperativista, baseada sobre a ciência experimental. Não surpreende, portanto, que a principal instituição da *Nova Atlântida* seja a Casa de Salomão, instituída “para a descoberta da verdadeira natureza de todas as coisas, e para que maior fosse a glória de Deus na criação delas e maior o benefício dos homens no seu uso”.(BACON, 1976, p.40).

A atitude de Bacon em relação ao projeto de expansão do domínio britânico é bastante complexa, conforme nos mostra um recente estudo de Sarah Irving (2006), pois seu humanismo cívico o

faz atentar para questões bastante problemáticas na esfera da exploração colonial, como o deslocamento das populações nativas, a corrupção moral advinda da exploração, etc. Porém, no âmbito da questão aqui proposta, podemos perceber que, em consonância com sua noção de “avanço da humanidade”, a exuberância natural das colônias, submetida ao crivo da investigação científica, pode trazer benefícios em igual medida a todas as partes envolvidas nesse processo. Como observa Irving, “para Bacon, as colônias não eram simplesmente novas *commonwealths*, eram lugares que produziam potencialmente o conhecimento natural, vital para a recriação original e epistêmico império humano sobre o mundo”. (IRVING, 2006).

N’*A nova Atlântida*, tanto o narrador-viajante quanto o Sacerdote, que apresenta em linhas gerais a estrutura e o trabalho desenvolvido na Casa de Salomão, compartilham esta confiança numa ciência redentora. A reação inicial do narrador é muito semelhante àquela que Greenblatt (1996) percebe nos relatos dos primeiros navegadores europeus: uma sensação de maravilhamento, que se expressa antes de qualquer formulação discursiva mais “racional”. Paulatinamente, porém, os marinheiros vão compreendendo o funcionamento de uma comunidade política que se revela tecnológica e socialmente superior à que pertencem, por meio de entrevistas e encontros com figuras importantes de tal comunidade⁶

Há, portanto, uma preparação para a descoberta final da Casa de Salomão, o grande colégio de cientistas em que, graças à riqueza natural do lugar, grandes avanços científicos são realizados. O discurso do Sacerdote compreende um elenco das maravilhas que o avanço científico pode (ou poderia) proporcionar ao homem. É uma exposição didaticamente planejada de modo a fazer com que o narrador visualize o ‘admirável mundo novo’ construído pela ciência. E, de fato, o narrador pode apenas visualizá-lo: não lhe é dada a oportunidade de conhecê-lo, nem ao menos visitar uma sequer de suas fabulosas casas de máquinas, de perfumes, de som, de preparação de bebidas e alimentos, etc.

Retorna à cena a idéia de maravilhamento, estudada por Greenblatt. A diferença é que, aqui, a maravilha não se descortina frente aos olhos do narrador. Ela é apenas vislumbrada como objeto de futura descoberta, uma vez que as terras do mundo, já amplamente exploradas, aos poucos deixavam de ser objeto de curioso escrutínio para serem racionalmente colonizadas.

Referências

- ALBANESE, ?”The *New Atlantis* and the Uses of Utopia” in **ELH**, vol. 57, nº 3. (Autumn, 1990),
- BACON, Francis. **Nova Atlântida**. Trad. Fernanda Pinto Rodrigues. Lisboa: Editorial Minerva, 1976.
- DAVIS, J. C. **Utopía y la sociedad ideal** – Estudio de la literatura utópica inglesa (1560-1700). Trad. Juan José Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1985
- DE BONI, Claudio. “Il viaggio di Bougainville, le riflessioni di Diderot e l’utopia della felicità secondo natura”. In: **Morus** – Utopia e Rinascimento, nº 3. Campinas: Gráfica Central da Unicamp, 2006.
- DELUMEAU, Jean. “Substituir a Utopia pela Lucidez”. **O Expresso**. 5 dez. 1998.
- GREENBLATT, Stephen. **Possessões maravilhosas**. São Paulo: Edusp, 1996.
- IRVING, Sarah. “ ‘In a pure soil’: Colonial anxieties in the work of Francis Bacon” In **History of European Ideas**, vol. 32, nº 3, Set/2006, p. 249-262.
- LOGAN, George M. & ADAMS, Robert M. In: MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, XXXIV.
- MINERVA, Nadia. “Viaggi verso utopia, viaggi in utopia. Dinamica del movimento e della stasi”. In BACCOLINI, Raffaella; FORTUNATI, Vita & MINERVA, Nadia (ed.). **Viaggi in Utopia**. Ravenna: Longo Editore, 1996.
- PATRIZI, Francesco In MORAES, Helvio. “*A Cidade Feliz*: a utopia aristocrática de Francesco Patrizi”. **Morus** – Utopia e Rinascimento, nº 1. Campinas:

Gráfica Central da Unicamp, 2004.

ROFRIGUES, Antonio E. M; FALCON, Francisco J. C. **Tempos Modernos** - Ensaios de História Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ROSSI, Paolo. “Il mito di Prometeo e gli ideali della nuova scienza”. **Rivista di Filosofia**, vol. XLVI, n. 3. Torino, Taylor Editore, 1955.

SARGENT, Rose-Mary. “Bacon as an Advocate for Cooperative Scientific Research” in PELTONEN, Markku, 1996, p.152) **The Cambridge Companion to Bacon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SERVIER, Jean. **La Utopia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

Notas

² Algo semelhante encontramos no capítulo conclusivo de outro escrito utópico do período, *A cidade feliz* do filósofo ítalo-croata Francesco Patrizi da Cherso, em que se cria a imagem de uma cidade ideal, acima de todas as cidades do mundo, que a ela se dirigem em busca de auxílio: “Se nossa cidade for tal como a descrevemos, poder-se-á, com grande abundância, estancar a sede, e saciar-se com as águas que do abençoado vórtice sobre ela caem. Esta cidade, de sua grande altura, sobre todas as outras cidades do mundo elevada, e na presença de todas colocada, será por elas venerada, adorada e rogada a dignar-se mergulhar seus dedos nas águas salutaras de seu feliz regato e molhar, para refrigério de suas misérias, com uma gota, suas bocas abrasadas e sedentas” (PATRIZI, Francesco. In MORAES, Hélio. 2004)

³ Para uma leitura dessa outra forma de representação, ver TIN, Emerson. “As Cartas Iroquesas de Jean-Henri Maubert de Gouvest (1752)” In *Morus – Utopia e Renascimento*, n° 3. Campinas, Gráfica Central da Unicamp, 2006, p. 292-317.

⁴ “Para Bacon, o saber não é fruto de intuições solitárias, mas o resultado de uma profunda reforma que diz respeito ao modo de pensar e de falar dos homens, e que concerne também as próprias estruturas de seu viver associado.” (ROSSI, 1955, p. 147).

⁵ Ver SARGENT, Rose-Mary. “Bacon as an Advocate for Cooperative Scientific Research” in PELTONEN, Markku, 1996, p.152)

⁶ ALBANESE (1990, p. 509) se refere a um aspecto d’*A nova Atlântida* que, segundo a autora, implica numa inversão da lógica do discurso colonialista: o objeto de escrutínio e dominação não é o nativo, mas o europeu. Desde o início, os marinheiros são atentamente observados, como se os bensalemitas quisessem se certificar da sua força, da sua integridade física e da sinceridade de suas declarações quanto a serem pessoas de paz e seguidoras dos preceitos cristãos. Os estrangeiros não são imediatamente admitidos em terra, e quando são autorizados a desembarcar, devem passar pelo regime de quarentena a que já fizemos menção. Ainda mais interessante é o fato de demonstrarem ter consciência do papel de submissão a que são levados, o que é, no mínimo, curioso (e, em grande medida, irônico), se compararmos com a imagem dos ilustres conquistadores do Novo Mundo: “[...] estamos entre um povo cristão, cheio de compaixão e humanidade: que não nos cubra o rosto a vergonha de revelarmos diante deles os nossos vícios ou a nossa indignidade. Mas há mais, pois eles ordenaram-nos, embora sob a forma de grande

cortesia, que permanecêssemos enclausurados entre estas paredes durante três dias, quem sabe se para poderem avaliar a nossa conduta e o nosso caráter e, se os considerarem maus, nos expulsarem imediatamente e, se os acharem bons, nos concederem mais tempo? É possível que estes homens que colocaram ao nosso serviço estejam ao mesmo tempo encarregados de nos vigiar (BACON, 1976, p. 17-8). O mesmo grau de ironia é dispensado à forma pela qual o discurso do nativo é aceito sem questionamentos por parte do europeu. A história ocidental é submetida a grandes correções, referências a um proto-cristianismo são feitas e a noção de Velho e Novo mundo é totalmente subvertida, quando o administrador da Casa dos Estrangeiros explica a origem do cristianismo na ilha e a razão de seus habitantes, profundos conhecedores das nações do planeta, permaneceram incógnitos a elas. Na formulação de Davis, “o grande paradoxo consiste no fato de que os novo-atlantes conhecem os assuntos, a cultura e a natureza do resto do mundo, enquanto que o resto do mundo permanece na ignorância deles. Conhecem, sem ser conhecidos” (DAVIS, 1985, p. 112). O tom confiante, pleno de autoridade, do discurso do administrador – alicerçado pela evidente superioridade da organização social da ilha em comparação com a Europa – não deixa outra alternativa ao narrador senão a de, no mínimo, emprestar-lhe um ouvido favorável (e ouvi-lo em silêncio). Como dissemos anteriormente, a técnica retórica da inversão é amplamente utilizada aqui. Segundo Albanese (1990, p. 509), “desde o momento do primeiro encontro, são [...] os espanhóis quem são escrutinados, contidos e regulados pelos seus anfitriões aparentemente benignos.” Há, contudo, uma pequena divergência entre o tratamento dispensado pelos bensalemitas e o modo como se dá a dominação colonialista: “a opressão do outro, que é, em qualquer lugar, o foco da colonização, é aqui transformada em uma interrogação visual, e transferida para uma população nativa [...] mais suave do que os europeus que a descobriram” (1990, p. 509). Embora tais conclusões sejam relevantes, temos alguma reserva quanto a relacionar de forma tão cabal o nativo americano com os bensalemitas, conforme dissemos anteriormente.